

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

O LABIRINTO DA FORTUNA: OU OS REVEZES NA TRAJETÓRIA DE UM CONTRATADOR DOS DIAMANTES*

Júnia Ferreira Furtado
Universidade Federal de Minas Gerais

TRAJETÓRIA: POSIÇÕES DE UM CORPO EM MOVIMENTO

Na segunda metade do século XIX, Joaquim Felício dos Santos escreveu suas famosas *Memórias do Distrito Diamantino*¹, primeiramente publicadas na forma de crônicas jornalísticas e finalmente reunidas em um volume em 1868. A construção que fez da história do Distrito Diamantino imortalizou-se para muito além das páginas de seu livro. Recheada de heróis e de vilões, aprisionados no eterno jogo da dominação metropolitana e da resistência colonial, a história do Distrito tornou-se o símbolo da opressão portuguesa no Brasil, tendo sido Felisberto Caldeira Brant sua maior vítima.

Em 1739, a Coroa instituiu o sistema de contratos para explorar a riqueza diamantina, que eram arrematados em leilões públicos de quatro em quatro anos, por um único, ou consórcio de arrematantes. Adquirido o direito de exploração, assinava-se um contrato com a Coroa, onde eram determinados os direitos e deveres das partes. A difícil tarefa de fiscalização desses homens ricos e poderosos, já que tal sistema trazia para dentro da esfera pública interesses particulares, cabia ao principal administrador local, o Intendente dos Diamantes.

Felisberto Caldeira Brant assinou o terceiro contrato dos diamantes, que se estendeu entre 1749 e 1753. Para contar sua história, Felício dos Santos baseou-se em um antigo manuscrito, atribuído segundo ele a Plácido de Oliveira Rolim, e às informações

dadas pelo neto de Brant, o então Visconde de Barbacena². Segundo eles, o jovem Felisberto havia acumulado uma das maiores fortunas da colônia, o que teria causado inveja e criado muitos inimigos que se articularam para destruí-lo.

Entre eles estavam duas novas autoridades metropolitanas na região, o Intendente dos Diamantes, Sancho de Andrade Lanções e o Ouvidor do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Bacellar. O Intendente, fiel cumpridor das vontades do Rei, tentava evitar o contrabando e os descaminhos, e teria começado a perseguir o contratador. Por sua vez, Caldeira ganhara a antipatia do Ouvidor porque este ousadamente atirara uma flor no colo de uma de suas parentas durante a missa. O contratador teria considerado um ato indigno e desafiado o Ouvidor para um duelo, mas providencialmente este foi salvo por um botão. Interesses públicos e privados se chocavam e armava-se o pano de fundo para um desfecho trágico.

A sorte de Felisberto começou a mudar com o espetacular roubo do cofre da Intendência, onde era guardada a produção anual dos diamantes, ocorrido em 1752, pouco antes de terminar o contrato. O contratador atribuiu o roubo aos seus inimigos, pois o deixou sem caixa para pagar as dívidas que se avolumavam. Tudo conspirava contra ele, pois a partir daí a Coroa determinou o seqüestro de seus bens e sua prisão.

Transferido para Lisboa, foi surpreendido pelo terremoto de 1755. Encontrava-se preso no Limoeiro, ainda aguardando o julgamento de sua causa. Vendo-se livre, “no meio dos horrores, da desolação e do incêndio geral, bradava como se fosse o gênio da maldição: Ladrões, restituí o dinheiro que me roubastes!”³. Honradamente, apresentou-se de livre e espontânea vontade ao Marquês de Pombal, que, comovido, permitiu sua retirada para Caldas da Rainha e aguardasse o fim do processo em liberdade. Porém, quase três anos de prisão minaram suas forças, falecendo em Caldas sem que a justiça fosse feita. Perdera seu filho mais velho no terremoto e toda a sua fortuna se consumira no seqüestro, do qual nunca seus herdeiros foram indenizados.

A partir desta sucessão de acontecimentos funestos, Felício dos Santos alçou o Contratador ao panteão dos heróis nacionais⁴. Como Davi e Golias, Felisberto ousou desafiar o impiedoso sistema

metropolitano, que o destroçou. Sem freios ao seu poder, a esfera pública esmagava os interesses privados, colocando tudo e todos sob seu arbítrio. Caldeira Brant, sintoma precoce do espírito nativista nascente, foi vingado por Deus: como em Sodoma, o terremoto de 1755 sobre Lisboa era a expressão de sua cólera.

A partir da trajetória de Felisberto Caldeira Brant podemos compreender os paradoxais significados da palavra fortuna, pois se pode ser sorte ou riqueza, quer também dizer fado ou destino.

FORTUNA: DESTINO, FADO, SORTE

No entanto, uma consulta às fontes primárias da época revelaram uma história radicalmente diferente da construída por Felício dos Santos. No Império Português, a distância entre o centro do poder e a periferia interpunha diversos agentes intermediários. Muitos deles faziam parte da própria estrutura administrativa do Estado, mas a maioria era cooptada de forma indireta. Tal era o caso dos diversos contratadores e de muitos cargos da justiça e do fisco, que eram providos pela compra. Se por um lado, era forma de estender o poder a regiões cada vez mais longínquas, por outro, esses régulos traziam para dentro da esfera pública seus interesses privados. A trajetória de vida de Felisberto Caldeira Brant, como veremos a seguir, foi marcada por esse paradoxo que caracterizava a relação entre os potentados locais e o Estado.

Felisberto era o filho mais velho de Ambrósio Caldeira Brant, português que lutara na Guerra dos Emboabas. Nasceu em São João Del Rei, onde se casou com a paulista Branca de Almeida Lara e se estabeleceu com vários negócios em sociedade com os irmãos Conrado, Sebastião e Joaquim. Como era o costume, as relações econômicas e familiares se entrelaçavam, as primeiras em benefício das últimas. Ali começou sua conflituosa relação com as autoridades metropolitanas. Em 1730, participou com o irmão Joaquim de uma emboscada ao Ouvidor do Rio das Mortes, Antônio da Cunha Silveira, a quem acusava de atrapalhar seus negócios. Ambos foram presos, mas acabaram sendo soltos por não se conseguir provar sua culpa⁵.

Uma vez livres, os irmãos se retiraram para a região de Paracatu e Goiás, onde se faziam descobertos. Ali se enriqueceram explorando

diamantes, principalmente na região de Rio Claro e estabeleceram relações com outros potentados locais: Joaquim se casou com a filha de José Rodrigues Froes, Guarda-mor da região a partir de 1744. Procuraram também as benesses do poder metropolitano para alcançar as honras necessárias a sua afirmação social. Em 1747, Dom João V concedeu a Felisberto a mercê de Capitão dos Cavalos do arraial de São Luís e Santa Ana do Paracatu⁶.

Em 1748, terminou o segundo contrato dos diamantes do Tejuco, arrematado pelo Sargento-Mor João Fernandes de Oliveira que, tendo se arruinado, não se interessou em renová-lo. Felisberto Caldeira Brant, rico e experiente nas lides diamantíferas, se prontificou a arrematar o contrato, tendo como sócio um advogado português estabelecido em Sabará, Alberto Luís Pereira, que ali fora Juiz dos Órfãos e Ausentes⁷. Gomes Freire deslocou-se para o Tejuco, onde foi celebrado o contrato⁸, logo depois foram até Rio Claro, pois também as minas diamantíferas ali situadas no Rio Pilões foram incorporadas⁹.

O período inicial foi de prosperidade e aumento do poder do potentado, que contava com a complacência das autoridades, principalmente o Intendente dos Diamantes, Plácido de Almeida Moutoso que, já velho e cansado, morreria no Tejuco em 1747. Também complexa relação se teceu entre o contratador e a população local: vários membros da elite faziam parte da Companhia formada para fornecer escravos para o contrato¹⁰ e muitos outros viviam do aluguel dos seus escravos para as extrações ilegais realizadas¹¹.

O poderio do contratador, que servia também para acobertar suas atividades ilegais, dependia das boas relações com as autoridades da Capitania, especialmente o Governador. Felisberto e seu sócio Alberto Luís não olvidaram esforços para estabelecer relações com Gomes Freire de Andrade, inclusive de compadrio. Por procuração, o Governador foi padrinho de duas filhas de Alberto e para o batizado de Thereza, filha de Felisberto, foi pessoalmente ao Tejuco¹². Interesses públicos e privados entrelaçavam-se, num complicado jogo de interesses.

Essa situação começou a se reverter com a chegada do novo Intendente Sancho de Andrade Castro e Lanções, em 1751. Dife-

rentemente da administração anterior, Lanções estava disposto a devassar os procedimentos de Caldeira Brant e começou a pressioná-lo e surgiram diversos pontos de atrito. Um dos grandes problemas enfrentados pelos contratadores para manter estável a produção dos diamantes era as faltas dos escravos ao serviço, provocadas por mortes, fugas, ou doenças. Assim, os contratos previam que estas *falhas* pudessem ser repostas no mês seguinte, cabendo ao Intendente verificar tanto as falhas quanto as reposições. O direito de repor as *falhas* tornou-se um dos principais mecanismos de aumento do número de escravos envolvidos na extração, bastando para isto que o Intendente não cumprisse seu papel de vigilância. Além do mais, Brant conseguira do Governador o direito de que as falhas ocorridas em Goiás fossem repostas no Tejuco, dificultando ainda mais o controle. Assim que chegou ao Distrito Diamantino, percebendo que a situação estava completamente fora dos limites, Sancho de Andrade começou a exigir que as falhas dos contratos fossem averiguadas, principalmente as de Goiás¹³.

O ano de 1752 foi de extrema tensão, o Intendente exigia o controle das *falhas*, o contratador se recusava a apresentá-las e se esforçava por colocar o Governador contra o primeiro, acusando-o de persegui-lo e causar instabilidade no mais importante negócio da Coroa Portuguesa. Nesta época, Gomes Freire se retirou para o sul e deixou seu irmão José Antônio Freire de Andrade como interino. Em suas Instruções advertiu o irmão que no Tejuco a situação era delicada, pois o contratador e o Intendente eram inimigos. Na disputa, tomou o partido de Caldeira pois afirmou que o último era “um ministro muito mal conceituado no ministério”¹⁴. Certamente, por trás de palavras tão ambíguas revelavam-se os conflitos entre as redes clientelares que dominavam a administração portuguesa, do Reino até as terras distantes de além-mar. Lanções certamente não vinha apadrinhado pelo grupo favorável ao governador e certamente era um espinho em sua jurisdição.

O cerco se fechava e Brant não podia mais contar com a presença protetora de Gomes Freire, era pois necessário tomar medidas drásticas, já que no primeiro semestre daquele ano Lanções

dera seu ultimato sobre a apresentação das falhas, ameaçando o contratador com a prisão.

Num lance arriscado, o contratador denunciou à Coroa um espetacular roubo do cofre da Intendência, onde estava guardada a produção anual de diamantes e acusou o Intendente de executá-lo. Na verdade, o montante roubado era quase insignificante, apenas 22 oitavas, quando a produção anual era cerca de 9.000 oitavas por ano. O grande escândalo residia na suspeita sobre o principal representante da Coroa, o Intendente, que Felisberto pretendia neutralizar e até mesmo ameaçar seu posto, já que não conseguira sua conivência¹⁵. A acusação: o Intendente aproveitara-se de sua posição pública e, de forma escandalosa e imprópria para seu cargo, cometera um crime para auferir lucros privados e instabilizar um dos principais negócios de Sua Majestade.

Na denúncia apresentada, Felisberto narrou com minúcias o sistema de entrada dos diamantes no cofre, os seus mecanismos de segurança e de conferência de peso, além dos estratagemas inventados por ele para descobrir que estava sendo roubado. O cofre ficava na Casa do Contrato, onde residia o Intendente, guardado sob o sistema de três chaves, uma sob o poder do Contratador, outra do Intendente e a última do tesoureiro. Este, por sua vez, ficava no interior de um cofre maior, fechado por uma chave, guardada com o Intendente. Semanalmente, os três se reuniam, pesavam o montante a entrar no cofre com a balança de Felisberto e anotavam as oitavas em um livro. Alegou que, em fins de abril de 1752, começou a desconfiar que estava sendo roubado e semanalmente deixava algum indício para verificar se o saco tinha sido mexido, como o jeito de amarrar a fita, até a colocação de um alfinete. Finalmente, em 07 de junho de 1752, exigiu que os diamantes fossem repesados¹⁶.

A partir daí, os diversos testemunhos apresentados à Coroa traçaram argumentos diferentes, mas alinhavaram mais ou menos os mesmos fatos. No dia 08, os diamantes foram pesados e verificou-se a falta. Felisberto, alegando que “o Intendente tinha má fama e ruim procedimento do que fizera em Portugal” e de que “poderia abrir de novo o cofre e fugir com tudo”, exigiu que fossem

colocados sentinelas junto ao prédio e ao cofre, inclusive sugeriu que um grande barulho ouvido à noite seria o Intendente tentando arrombar o cofre para fugir com o restante¹⁷.

Nas descrições de Sancho Castro e Lanções, o mesmo procedimento teria sido uma forma de intimidá-lo e dessa forma desafiar a própria autoridade real de que este estava investido. O comportamento de Felisberto era de um régulo, vivia cercado de escravos, agregados e parentes, todos armados de baionetas e espada-chins. Segundo ele, o roubo era mais uma das muitas maquinações que “iluminaram contra mim, tantas [invertinas] quanto são os vícios que neles há, e formando entre si uma desordenada conjuração destinada a me arruinarem com a maior difamação do meu crédito e dos [araltos] soberano que representa este meu cargo”¹⁸.

Utilizando-se da retórica, os dois grupos passaram todo o ano seguinte tentando mover as complexas teias de apadrinhamento e amizade que se teciam do Tejuco até o Reino. As relações públicas fundadas sob o reino do privado, funcionavam segundo os critérios da amizade e do clientelismo. Por um lado, era este o mecanismo que fundava as hierarquias e submetia os homens às vontades reais, por outro, paradoxalmente, era o que dificultava a efetivação deste mesmo poder, pois os interesses particulares imiscuíam-se nos públicos, pervertendo sua ordem e significado.

Finalmente, no dia 09 de junho, um incidente modificou o rumo dos acontecimentos. O Intendente convocou o Escrivão da Intendência para que este lavrasse uma certidão de que nem sempre estava presente quando o Contratador abria o cofre, com quem muitas vezes deixava sua chave e que os diamantes eram pesados com a balança trazida por este. Pretendia com este procedimento provar que o roubo poderia ter sido preparado pelo contratador¹⁹. No entanto, Felisberto contava com o apoio do escrivão, a quem privilegiava alugando seus escravos, e que sabia que estaria também se incriminando assinando tal declaração. Saiu então gritando para a rua que estava sendo ameaçado com uma faca pelo Intendente²⁰. Lá se encontravam Felisberto e Conrado Caldeira Brant, Alberto Luís Pereira e todos os seus escravos, parentes e agregados, armados de baionetas e com as espadas desembainhadas. O Intendente deu voz de prisão ao Contratador,

a Alberto Luís e ao seu procurador José Pinheiro e ordenou que seguissem para a cadeia. Sem saber ao certo quem lhe obedecia ou não, começaram a caminhar. O contratador e vários partidários, ainda armados, chamavam-lhe de ladrão e, sem o respeito devido, continuavam com o chapéu na cabeça. Finalmente, no adro da Igreja Matriz de Santo Antônio, Alberto Luís apontou a espada para o Intendente e esse, desarmado, lembrou-lhe do lugar sagrado onde estavam e do crime de lesa-majestade que cometia. Imediatamente, os insurretos homiziaram-se dentro da igreja²¹.

LABIRINTO: DESENHO OU TRAÇADO SINUOSO

Os acontecimentos precipitaram-se e obrigaram os dois lados a um jogo de forças. De dentro da igreja, Felisberto tratou de escrever ao Governador e ao Rei contando sua versão. O Intendente fez o mesmo, nomeou novos subordinados e começou a fazer uma devassa sobre o caso e os descaminhos do Contratador²². A situação era tão grave que o Governador José Antônio Freire de Andrade foi para o Tejuco, onde chegou no dia 26 de junho. Dali mandou chamar imediatamente o Ouvidor Do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Bacellar, para tirar uma devassa sobre o furto e o procedimento do Intendente, colocando-se dessa forma do lado dos Caldeira.

As conclusões do Ouvidor começaram a mudar o rumo dos acontecimentos. Ao contrário do que esperava o Governador, tomou o partido de Lanções e concluiu que era “o furto dos diamantes suposto e falso”²³. Durante todo o ano seguinte, os dois partidos tentaram influenciar as autoridades superiores. Brant escrevia continuamente a Gomes Freire pedindo sua intermediação e levantando novas suspeitas sobre Lanções, inclusive como contrabandista de diamantes. Lanções tentava sensibilizar diretamente ao Rei, já que não podia contar com a ajuda das autoridades da Colônia.

Gomes Freire de Andrade tentou de todas as formas pender a balança a favor de seu protegido. Do sul, escrevia para as duas maiores autoridades do Reino, Diogo de Mendonça Corte Real e Sebastião José de Carvalho e Mello, atestando a incompetência de Lanções, do prejuízo que trazia aos negócios reais, da devas-

sa que mandara tirar e da provável prisão do Intendente, assim que tudo estivesse apurado²⁴.

Porém, a sorte de Felisberto começou a mudar quando, em março de 1753, descobriu-se em Lisboa uma partida de 3.000 quilates de diamantes que vinha na frota dirigida ao Desembargador da Alfândega Dionísio José Collaço²⁵. Tal quantidade de diamantes não poderia estar sendo extraída da Demarcação sem a participação ou conivência do contratador e as denúncias de Lanções pararam de cair no vazio. A frota que chegou ao Brasil em agosto de 1753 trazia as ordens secretas de prisão do contratador a ser realizada por José Antônio Freire de Andrade que devia passar imediatamente ao Tejuco. Lá deveria se encontrar com o Ouvidor Bacellar para prender Felisberto e seus sócios, seqüestrar seus bens e iniciar imediatamente uma devassa²⁶.

A prisão do contratador e seus protegidos provocou comoção no Tejuco, obrigando as autoridades a mantê-lo em local secreto, e a enviá-lo imediatamente ao Rio de Janeiro. Ali, foi recolhido junto com Alberto à Ilha das Cobras. Bacellar iniciou o acerto das contas do contrato: informou que os bens eram insuficientes para cobrir os empréstimos em letras de câmbio emitidas e, de posse do livro dos escravos alugados no Tejuco, que a sonegação atingiria o montante de cerca de trinta vezes do total explorado²⁷. Uma devassa no Tejuco e em Vila Rica estabeleceram a conexão entre as pedras encontradas na frota e o contratador²⁸.

Na luta travada entre os representantes das esferas públicas e privadas, todos saíram perdedores. Em setembro de 1753, Lanções voltou para o Reino desacreditado. Suspenso por inépcia administrativa, sua permanência tornara-se impossível e, no mês seguinte, tomou posse o novo Intendente dos Diamantes²⁹. Os interesses do contratador e suas ligações na Corte arruinaram a carreira de um magistrado que tentara fazer valer os do Rei. No fim do ano, Bacellar apresentou seu relatório, onde afirmou que o furto lhe parecera “fantástico e fingido”, no entanto, considerou Lanções um magistrado ignorante e incapaz, pois cuidara apenas das “diferenças que se moveram entre ele e o contratador” e “não de andar no serviço de Sua Magestade”³⁰. Os interesses públicos, segundo afirmava o Ouvidor, não eram contrários, ou podiam ser movidos

por razões particulares, o que só traria instabilidades. Arguto observador, percebia que interesses públicos e privados, paradoxalmente, deveriam estar sempre fundidos, um agindo em benefício do outro.

Decretada a falência do contrato, o mercado financeiro do Império pôs-se em polvorosa. O Rei teve de garantir que o pagamento das letras emitidas pelo contrato seria feito diretamente pelo Erário Régio³¹. Sabiamente, Dom José percebeu que, se a Fazenda Real e o cabedal dos particulares ficavam perdidos, antes de mais nada era seu próprio poder que ficara ameaçado “pelo público escândalo”³². Também o novo Intendente mostrou os limites do poder real, ao cooptar agentes privados para se fazer efetivo, pois os funcionários régios tinham se tornado “administradores e assalariados de Felisberto” e “todos os moradores deste continente [do Distrito Diamantino] são dependentes do contratador, porque na sua bondade ou maldade reside seu aumento ou perdição”³³.

318

Felisberto foi transferido para a Ilha das Cobras e de lá para a Cadeia do Limoeiro em Lisboa. Ali, sobreviveu trancafiado ao terremoto de Lisboa. O seqüestro de seus bens só terminou em 1768 e ressarciu o tesouro régio de parte dos prejuízos³⁴. Em 1769, quase totalmente paralisado e com dificuldades de fala devido a um ataque apoplético, morria no Limoeiro, apesar de autorizado a se retirar para Caldas da Rainha³⁵.

Interesses públicos e privados estavam irremediavelmente imbricados no Império português. Se a esfera pública dependia de tornar privado o poder para atingir regiões cada vez mais distantes, nos confins dos sertões estes homens tomavam para si a voz do Rei e impunham limites a sua atuação, pervertendo o sentido de quem lhes investira tal poder, pois seus “conhecimentos [só poderiam ser] purificados com a verdadeira presença de Vossa Magestade”³⁶. Por outro lado, um não existia sem o outro, o poder reproduzindo-se em esferas cada vez menores, hierarquizando os homens, colocando-os sob domínio real. Mas, paradoxalmente, os interesses públicos, ao assumirem no Império português natureza privada, eram a razão e o limite do alcance do próprio poder.

NOTAS

*Este artigo é parte do projeto "O Labirinto da Fortuna: o contrato de Felisberto Caldeira Brant" que desenvolvo com o apoio de uma Bolsa de Pesquisador/CNPq.

¹SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

²O manuscrito a que se refere Felício dos Santos não foi localizado, no entanto na Biblioteca Nacional existe uma genealogia da família escrita por um descendente: Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Códice 17,1,16. BRANT, Pedro Caldeira. *Memórias Genealógicas e Históricas da família Brant e outras transcrições originais do Conde de Iguasse e cunhado bastardo de Imperador Dom Pedro II, falecido em 17 de fevereiro de 1888*.

³SANTOS, Joaquim Felício dos. *op.cit.*, p. 97.

⁴SANTOS, Joaquim Felício dos. *op.cit.*, pp. 83-97. Também: OCTÁVIO, Rodrigo. *Felisberto Caldeira. Crônica dos tempos coloniais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921.

⁵LISBOA. Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU). Manuscritos Avulsos de Minas Gerais. (MAMG). Caixa 17. Doc. 35. e Cx. 20. Doc.5.

⁶LISBOA. Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (ANTT). Registro Geral de Mercês. Livro 37. fl.90. e LISBOA. AHU.MAMG. Cx. 76. Doc.45.

⁷LISBOA. ANTT. Ministério do Reino. Decretos. Maço 15. Doc. 40.

⁸LISBOA. ANTT. Manuscritos do Brasil. Condições que se hão de observar no 3º Contrato... Vol. 31.

⁹ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Imprensa Nacional, 1946. Vol.IX, nota 110. p. 446.

¹⁰LISBOA. ANTT. Manuscritos do Brasil. *op.cit.*, vol. 31.

¹¹LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 65. Documento 55.

¹²DIAMANTINA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745/1765. f. 23 e 30.

¹³LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 60. Documento 29.

¹⁴*Revista do Arquivo Público Mineiro*. Instruções que o Governador Gomes Freire de Andrade....vol. IV, 1899, p. 374.

¹⁵ LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc. 01.

¹⁶*Idem*.

¹⁷*Idem*.

¹⁸LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 60. Doc.29.

¹⁹*Idem*.

²⁰LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc.01.

²¹LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc. 01. e Cx. 60. Doc.29.

²²LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 60. Doc.29.

²³LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 60. Doc.37.

²⁴LISBOA. AHU. Manuscritos Avulsos do Rio de Janeiro. Caixa 64. Doc. 16887 e 16888. e Caixa 60. Doc. 16075 e 16086.

²⁵LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc.36.

²⁶LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 58. Doc.110 e Cx. 63. Doc.28 e Doc. 36.

²⁷LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc. 29.

²⁸LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc.36.

²⁹LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc. 38.

³⁰LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc. 28.

³¹*Anais da Biblioteca Nacional*. Do Descobrimento dos diamantes e diferentes métodos que se tem praticado na sua extração. Rio de Janeiro, vol.0 8, 1960, pp.163-172.

³²LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 63. Doc. 28.

³³LISBOA. AHU. MAMG. Caixa 67. Doc.37.

³⁴*Anais da Biblioteca Nacional*. Do Descobrimento ... vol. 08. pp.163-172. e LISBOA. AHU. Manuscritos da Bahia. Doc. 2723.

³⁵LISBO A. ANTT. Ministério do Reino. Decretos Régios. Pasta 17. nº 74 e ANTT. Desembargo do Paço. Ilhas. Maço 1342. Doc.7.

³⁶*Idem*.